

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.338 - RJ (2012/0169766-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO MORAES CRUZ E OUTRO(S) - RJ063429**  
                  **ANDRÉ PEDRO GRANDIS MALDONADO E OUTRO(S) - RJ086591**  
**EMBARGADO** : **BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO** : **JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO E OUTRO(S) -**  
                  **SP012363**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS à decisão desta relatoria que deu parcial provimento ao recurso especial do embargado para manter os juros como praticados no contrato bancário havido entre as partes (e-STJ, fls. 2266/2271).

A embargante aduz a existência de omissão uma vez que não foram apreciadas as razões aduzidas na petição de fls. 2178/2187 (e-STJ). Afirma ter sido prejudicada em vista de que não foi intimada na instância de origem para a apresentação das contrarrazões ao recurso especial e, posteriormente, ao agravo.

Sustenta, com arrimo em jurisprudência desta Corte, que se faz possível a realização de novo exame das razões do especial por não ter havido sua intimação. Alega ainda que visando sanar à época possível nulidade, teceu suas contrarrazões na própria petição incidental, na esperança de ver seus argumentos analisados o que não ocorreu, conforme restou registrado na decisão quanto à ausência das contrarrazões.

Ao final, "requer sejam os presentes embargos recebidos e providos, a fim de que, supridos os pontos focados, haja um pronunciamento específico quanto à violação art. 236, § 1º. do CPC/73, vigente à época, ou então ao atual § 2º do art. 272 do CPC/15, ante a ausência de intimação do advogado da recorrida, ora embargante, para contrarrazoar os recursos, com consequente anulação dos atos decisórios, visando facultar a prática do ato cerceado" (e-STJ fl. 2281).

O embargado apresentou impugnação (e-STJ, fls. 2291/2298).

É o relatório.

Decido.

Razão assiste à parte embargante.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Não obstante a exigência legal de intimação dos advogados das partes para a prática de todos os atos processuais, é assente que "o Superior Tribunal de Justiça tem iterativamente assentado que a decretação de nulidade de atos processuais depende da necessidade de efetiva demonstração de prejuízo da parte interessada" (EREsp n. 1.121.718/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/4/2012, DJe 1º/8/2012).

No presente caso, em observância aos princípios da economia, celeridade e da instrumentalidade do processo, e sem a pretensão de adentrar aos motivos pelos quais restou inviabilizada a intimação do defensor na instância ordinária, constato não haver prejuízo para a parte embargada em vista da petição de fls. 2178/2189, principalmente porque não prosperam os argumentos ali expostos visando ao não conhecimento e/ou provimento do recurso especial da parte adversa.

Com efeito, a embargante expõe razões de mérito buscando demonstrar inexistir violação do art. 914 do CPC/1973, bem como sustenta que, para a reforma do julgado, seria necessário proceder a análise de cláusula contratual e ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, a atrair os óbices das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Tais argumentações, repita-se, não prosperam.

Da simples leitura da decisão de fls. 2266/2271, observa-se que para a fixação da tese ali adotada quanto à impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em ação de prestação de contas (Recurso Especial Representativo da Controvérsia n. 1.497.831-PR - Tema 908), restam superadas as alegações contrárias relativas ao mérito, que sequer tem fundamentação suficiente que justifique a alteração do julgado objeto de recurso repetitivo. Ademais, também não se fez necessária a revisão de provas e cláusulas contratuais, nada justificando a incidência das Súmulas n. 5 e 7/STJ.

Assim, ACOLHO os embargos de declaração apenas para sanar omissão, com o fim de proceder a análise da petição apresentada pela parte às fls. 2178/2187 (e-STJ), rejeitando os óbices apontados nas contrarrazões dirigidas contra o recurso especial na forma da fundamentação acima.

Publique-se e intemem-se.

Brasília, 10 de março de 2020.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator